



DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39523>

SEÇÃO ESPECIAL: UNIVERSIDADE E INCLUSÃO

Educação Física e Inclusão nos Currículos das Universidades Federais da Região Sudeste

Gabriela Freire da Silva¹, Paulo Sergio Avelino dos Santos², Bruna Barboza Seron³, Marina Brasiliano Salerno⁴, Ricardo de Almeida Pimenta⁵

RESUMO

O artigo teve como objetivo analisar as ementas das disciplinas voltadas à inclusão nos currículos dos cursos de graduação em Licenciatura em Educação Física de universidades federais da região sudeste brasileira. Essa é uma pesquisa documental e de natureza descritiva, na qual os dados foram obtidos por meio digital, a partir da identificação das instituições federais de ensino superior. A análise baseou-se no conteúdo ementário das dezesseis disciplinas obrigatórias encontradas, sendo estas distribuídas em cursos ofertados por doze universidades. A partir dos resultados, estabeleceram-se três categorias referentes aos objetos estudados nas disciplinas: 1) Inclusão; 2) Caracterização da deficiência; 3) Ações pedagógicas. Assim, foi percebida a diferenciação na abordagem da temática no ensino superior quando comparada com dados anteriores de análise do currículo da formação inicial em Licenciatura em Educação Física, fato que pode favorecer a perspectiva inclusiva na atuação profissional dos professores.

Palavras-chave: currículo; inclusão; formação inicial; Educação Física.

Como citar este documento – ABNT

SILVA, Gabriela Freire da; SANTOS, Paulo Sergio Avelino dos; SERON, Bruna Barboza; SALERNO, Marina Brasiliano; PIMENTA, Ricardo de Almeida. Educação Física e Inclusão nos Currículos das Universidades Federais da Região Sudeste. *Revista Docência do Ensino Superior*, Belo Horizonte, v. 12, e039523, p. 1-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.39523>.

Recebido em: 02/06/2022
Aprovado em: 03/11/2022
Publicado em: 13/12/2022

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9615-9849>. E-mail: gabrielafreire1998@gmail.com.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8811-3920>. E-mail: paulosergiop12@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2453-1968>. E-mail: bruna.seron@ufsc.br.

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3736-4740>. E-mail: marina.brasiliano@ufms.br.

⁵ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2432-1277>. E-mail: ricardopimenta@ufrj.br.

Educación Física e Inclusión en el Currículo de las Universidades Federales de la Región Sureste

RESUMEN

El objetivo del artículo fue analizar los programas de las disciplinas destinadas a la inclusión en los planes de estudio de los cursos de pregrado en Educación Física de las universidades federales de la región del sudeste brasileño. Se trata de una investigación documental y descriptiva, en la que los datos fueron obtenidos a través de medios digitales, a partir de la identificación de las instituciones federales de educación superior. Se encontraron dieciséis disciplinas obligatorias distribuidas en cursos ofrecidos por doce universidades. El análisis se basó en un análisis de contenido de los programas de las dieciséis disciplinas obligatorias, distribuidas en cursos ofrecidos por doce universidades. A partir de los resultados, se establecieron tres categorías respecto a los objetos estudiados en las disciplinas: 1) Inclusión; 2) Caracterización de la discapacidad; 3) Acciones pedagógicas. Así, se percibe la diferenciación en el enfoque del tema en la educación superior cuando se compara con datos previos del análisis del currículo de formación inicial en Educación Física, hecho que puede favorecer la perspectiva inclusiva en el desempeño profesional de los docentes.

Palabras clave: curriculum; inclusión educacional; formación; Educación Física.

Physical Education and Inclusion in the Curriculum of Federal Universities in Southeast Brazil

ABSTRACT

The aim was to analyze the subject programs regarding inclusion in the *curricula* of undergraduate courses in Physical Education of federal universities in southeastern Brazil. This is a documentary and descriptive research, in which the data was obtained through digital means, by the identification of the federal institutions of higher education. The analysis was based on the content of the course syllabus of sixteen compulsory subjects located, distributed in twelve universities. Based on the results, three categories were established: 1) Inclusion; 2) Characterization of the disability; 3) Pedagogical actions. Thus, we perceive a difference in the way the subject is approached in higher education, compared to previous data from the analysis of the curriculum in the initial training of the Degree in Physical Education, a fact that can favor an inclusive perspective in the professional performance of teachers.

Keywords: curriculum; inclusion; initial training; Physical Education.

INTRODUÇÃO

A formação inicial é o começo de um processo permanente de desenvolvimento e que tem um papel fundamental para a construção da identidade profissional, na qual o discente passa a se reconhecer como professor por meio dos saberes, competências e habilidades construídas e adquiridas nessa fase (FLORES *et al.*, 2019). Segundo a Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BRASIL, 2020)⁶, o egresso dos cursos de licenciatura deverá, entre outras metas, ter desenvolvido competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular – Educação Básica, sendo uma delas a colaboração para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

Um dos conteúdos específicos, voltado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura em Educação Física, é a educação inclusiva (BRASIL, 2018). A formação docente precisa englobar os princípios que norteiam a educação inclusiva para constituir práticas educacionais segundo os pressupostos desse modelo de ensino. Assim, espera-se que a atuação na escola respeite a diversidade, demonstrando conhecimento e alternativas pedagógicas para abarcar pessoas com diferentes características e respeitar as individualidades dos alunos e alunas (MIRANDA, 2015). Nesse contexto, uma revisão de literatura realizada por Hutzler *et al.* (2019) apontou que a qualidade das experiências vividas na formação inicial, por meio das disciplinas específicas voltadas para a educação inclusiva, influencia diretamente a futura atuação docente. No entanto, a autonomia garantida por cada instituição de ensino proporciona resultados e propósitos diversos no debate sobre educação inclusiva.

Considerando tais aspectos e as mudanças paradigmáticas sobre o ensino da pessoa com deficiência, este trabalho tem como objetivo investigar as ementas atuais dos cursos de licenciatura em Educação Física das universidades públicas federais localizadas na região sudeste do Brasil, com o intuito de refletir sobre as condições formativas de atuação docente dos egressos com relação à pessoas com deficiência. Essa compreensão é significativa, pois, além da possibilidade de colaborar com o desenvolvimento curricular subsequente, destaca discussões que podem contribuir com os atuais fundamentos e fazeres da instrução pedagógica na formação inicial, que influenciarão a futura atuação docente inclusiva.

MÉTODO

O presente artigo trata-se de uma pesquisa documental por utilizar, para o levantamento e análise de dados, fontes documentais de primeira mão (GIL, 2002): neste caso, ementas dos cursos de licenciatura em Educação Física de Instituições de Ensino Superior (IES) da região sudeste brasileira. Os dados foram obtidos a partir da identificação das disciplinas relacionadas à pessoa com deficiência na área de Educação Física, ofertadas na grade

⁶ O ano citado é 2020 devido à republicação da resolução após 20 de dezembro de 2019.

curricular dos cursos de licenciatura em Educação Física de universidades federais da região sudeste do Brasil. Considerou-se somente disciplinas obrigatórias no currículo e que possuísem em sua nomenclatura as palavras: inclusão, inclusiva, adaptada, adaptação, especial, especiais e/ou deficiência. É válido ressaltar que o corpus final também foi composto de disciplinas em comum às modalidades de ensino do bacharelado e da licenciatura em Educação Física no caso das universidades que ofertavam os dois modelos.

A disciplina “Língua Brasileira de Sinais – Libras” não foi incluída nos dados por sua obrigatoriedade em todos os cursos de licenciatura. Apesar de estar relacionada à comunicação com pessoas surdas, a presença obrigatória não necessariamente ajudaria a compreender a perspectiva do curso e do desenvolvimento curricular subsequente em diálogo com a formação inicial em Educação Física.

Apesar dessa obrigatoriedade desde 2002, esta política foi enfatizada e reformulada em mais três documentos: 1) Decreto nº 5.626/ 2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta a Lei nº 10.436/ 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002); 2) Parecer CNE/CP nº2/2015 (BRASIL, 2015); e, 3) substituindo o documento anterior, a Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BRASIL, 2020).

A coleta se iniciou com a localização das IES. Sendo assim, por meio da Plataforma de Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC⁷–, houve um levantamento das IES que se localizavam na região sudeste⁸, utilizando a Unidade da Federação como filtro para seleção, ou seja: RJ – Rio de Janeiro; SP – São Paulo; MG – Minas Gerais; ES – Espírito Santo. Também foram usadas como filtro na consulta a Categoria Administrativa (Pública Federal) e a Organização Acadêmica (Universidade). É válido destacar que, no levantamento inicial, identificaram-se dezenove IES, mas, ao final, compuseram a amostra dezesseis ementas de cursos de licenciatura em Educação Física de doze IES, tendo em vista que treze universidades tinham o curso de licenciatura e, dessas, uma estava com o site em manutenção.

Posteriormente, selecionamos as IES que seriam pesquisadas em consulta à plataforma e-MEC e aos seus sites oficiais. Em seguida, iniciou-se o processo de análise do currículo e de

⁷ Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, 2021. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

⁸ UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; UFF – Universidade Federal Fluminense; UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos; UFABC – Universidade Federal do ABC; UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo; UFES – Universidade Federal do Espírito Santo; UNIFAL-MG – Universidade Federal de Alfenas-Minas Gerais; UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá; UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora; UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto; UFSJ – Universidade Federal de São José Del-Rei; UFU – Universidade Federal de Uberlândia; UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro; UFLA – Universidade Federal de Lavras; UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais; UFV – Universidade Federal de Viçosa.

identificação das disciplinas enquadradas nos critérios desse estudo. Logo após essa fase, buscamos as ementas por meio de planos de ensino e projetos pedagógicos disponíveis nos sites de cada IES.

A análise se baseou nos aspectos para o desenvolvimento de pesquisa documental, proposto por Godoy (1995), por meio da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), que se divide em três etapas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material e tratamento dos resultados obtidos; 3) Interpretação. Na pré-análise, as ações foram constituídas pela organização das informações das IES e seleção das ementas inclusas no corpus do estudo. Assim, iniciou-se o processo de leitura flutuante (BARDIN, 2011), com o objetivo de se familiarizar com o material. Nessa etapa, foram feitas anotações no texto a fim de se registrar algumas impressões. Na fase de exploração do material, o texto das ementas foi colocado em quadros. Como a análise categórica se deu a posteriori, ou seja, de forma indutiva, iniciou-se o destaque de conteúdos que se assemelhavam nas diversas ementas. Dessa maneira, foram definidos três eixos/categorias temáticas: Inclusão, Categorização da deficiência e Ações pedagógicas. Por fim, a interpretação e a inferência aconteceram a partir da análise das categorias a partir do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, detectaram-se dezenove IES, dentre as quais quinze possuem o curso de graduação em Educação Física. Dado isso, consultamos esses cursos com os filtros “Bacharelado” e “Licenciatura”, na plataforma e-MEC, para verificar quais delas ofereciam apenas uma ou as duas modalidades. Constatou-se que duas IES possuem apenas o curso de Bacharelado (UNIFESP e UFTM), duas apenas o curso de Licenciatura (UFF e UFRJ), enquanto onze oferecem ambos (UFRJ, UFSCAR, UFES, UFJF, UFOP, UFSJ, UFU, UFVJM, UFLA, UFMG e UFV).

Não foi analisado o curso da UFJF, devido à manutenção no website da Instituição. Sendo assim, analisaram-se dezesseis ementas de disciplinas de cursos de licenciatura em Educação Física de doze universidades.

Os documentos acessados estão compreendidos entre os anos de 2009 e 2020, sendo a matriz curricular da UFLA a mais antiga, e a do curso da UFU a mais recente. No curso da UFLA identificou-se a disciplina “Educação Física Adaptada I”, porém o projeto pedagógico de 2017 do curso indica que “As ementas serão anexadas futuramente” (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física - UFLA). Assim, foi utilizada a ementa disponibilizada no site da Instituição referente à matriz curricular do segundo semestre de 2009., na qual existe a disciplina “Atividade Motora Adaptada I”, a qual presume-se ter equivalência à encontrada no documento mais recente.

Os Quadros 1 e 2 apresentam o resumo disponibilizado por cada IES, que visa descrever o conteúdo que será estudado na disciplina, além da nomenclatura, da disposição dos períodos em que ela é ofertada e a carga horária a ser cumprida.

IES	Nomenclatura da disciplina	Período	Carga horária
UFF	Educação Física Adaptada	4º	60h
UFRJ	Educação Física Adaptada	2º	60h
UFRRJ	Educação Física Adaptada	8º	60h
UFSCAR	Educação Física Adaptada	6º	60h
UFES	Educação Física Adaptada e inclusão	5º	60h
	Educação e inclusão	4º	60h
UFOP	Educação física, esportes, recreação e lazer para pessoas com deficiência	4º	60h
UFSJ	Educação Física Adaptada	5º	72h
UFU	Educação Física e Deficiência	4º	60h
	Vivência em Educação Física Adaptada	5º	60h
UFVJM	Educação Física Adaptada	5º	60h
UFLA	Educação Física Adaptada 1	7º	60h
	Atividade Motora Adaptada 1	5º	34h
UFMG	Teoria da Atividade Física Adaptada	3º	30h
	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva	5º	60h
UFV	Introdução à Educação Física Adaptada	6º	60h
	Prática Pedagógica IX – EF Adaptada	7º	30h

Quadro 1 – Informações básicas das disciplinas.

Fonte: Projeto Político Pedagógico dos cursos. Elaborado pelos autores, 2021.

De maneira geral, o Quadro 1 expressa os diferentes modos como a temática é explorada e compreendida, desde sua forma de denominação (com prevalência para o termo “adaptada”), o momento em que aparece no currículo (no início, no meio ou final da graduação), e a variação de carga horária destinada (com a maior frequência sendo de 60 horas).

Referente à nomenclatura da disciplina, nove possuem “adaptada” (e/ou derivações), duas utilizam a palavra “inclusiva”, três se referem à deficiência e/ou à pessoa com deficiência, e uma utiliza as palavras “adaptação” e “inclusão”. O termo “adaptação” na Educação Física, relaciona-se às raízes dos esportes adaptados e das práticas que eram ajustadas para as diferentes condições dos praticantes. Essa tendência também foi observada por Silva e Drigo (2012) nas universidades estaduais paulistas, tornando-se a forma comumente utilizada nas

universidades brasileiras, já que Souza e Salerno (2019) também encontraram esses termos em universidades no Mato Grosso do Sul.

Com relação à carga horária, observou-se que 75% das disciplinas exigem 60 horas para o seu cumprimento. Além disso, seis disciplinas são ofertadas até o quarto período (primeira metade da graduação), enquanto dez, a partir do quinto período. Ao observar a Resolução nº 6/2018 para a Educação Física (BRASIL, 2018), constata-se que algumas universidades, especialmente as que ofertam ambos as modalidades (bacharelado e licenciatura), deverão reformular e adequar o currículo, já que, conforme orientação, o curso de graduação em Educação Física deverá ser dividido em etapa comum e etapa específica (licenciatura ou bacharelado), e, segundo o § 2º do artigo 5º da Referida resolução, “a formação para intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura”.

Além disso, semelhante quantitativo de horas também foi observado por Salerno (2014), que analisou três universidades estaduais de São Paulo nas formações da licenciatura e bacharelado, sendo que a carga horária foi diferente em cada instituição: uma apenas com 60 horas no núcleo comum, uma com 60 horas no núcleo comum acrescidas de 60 horas na licenciatura, e a terceira com 180 horas na licenciatura. Isso demonstra a diversidade de contato que os egressos dos cursos de licenciatura em Educação Física podem ter com a temática em decorrência da autonomia das IES na elaboração do currículo.

Já o Quadro 2 refere-se ao conteúdo encontrado nas ementas, e de sua análise emergiram três categorias referentes aos objetos estudados nas disciplinas dos cursos de cada instituição: Inclusão, Caracterização da deficiência e Ações pedagógicas.

IES	Ementa das disciplinas
UFF	Educação Física Adaptada: Reflexão sobre os aspectos histórico e social da educação física adaptada e inclusiva. Estudo dos conceitos da educação física adaptada na perspectiva da inclusão escolar. Compreensão das características e potencialidades das diferentes deficiências, alterações cromossômicas, autismo e altas habilidades. Procedimentos e cuidados especiais a serem observados no ensino da educação física adaptada. Parâmetros para a formalização de um plano de intervenção em educação física adaptada na escola. (https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios).
UFRJ	Educação Física Adaptada: Estudo analítico dos conceitos e dos aspectos educacionais, sociais e políticos da educação física adaptada no Brasil, bem como análise da atuação do professor junto às pessoas com deficiência, frente às diversas deficiências (mental, física, sensoriais e múltipla). (https://siga.ufrj.br/sira/repositorio-curriculo/disciplinas/530935C6-92A4-F79C-04CA-B017BB4F5F2A.html).
UFRRJ	Educação Física Adaptada: Estudos das teorias e métodos que abordam diferentes alterações no corpo humano relacionado à deficiência física, sensorial e psicomotora tendo como objeto as ações pedagógicas na educação física. (https://cursos.ufrrj.br/grad/educacaofisica/files/2022/07/Ementas_e_Programas_Analiticos_assinado.pdf).

Educação Física e Inclusão nos Currículos das Universidades Federais da Região Sudeste

Gabriela Freire da Silva, Paulo Sergio Avelino dos Santos, Bruna Barboza Seron, Marina Brasiliano Salerno, Ricardo de Almeida Pimenta

UFSCAR	Educação Física Adaptada: Abordagem da educação física e esportes adaptados a pessoas com deficiências sensoriais, físicas e mentais sob as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais, priorizando a inclusão destas no contexto escolar. (https://www.educacaofisica.ufscar.br/documentos/ppllef/projeto-pedagogico-dezembro-2010.pdf).
UFES	Educação Física, Adaptação e Inclusão: A questão da Educação Física para alunos com necessidades especiais. Conhecimento das deficiências, características e possibilidades de intervenção. Estudo dos métodos e técnicas aplicadas e de situações que exigem adaptações. Problemática das situações de inclusão/exclusão nas aulas de Educação Física. (https://cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/PPC%202014.pdf). Educação e Inclusão: Diferentes abordagens sobre Educação e diversidade. Perspectivas histórico-culturais e psicossociais. Legislação e políticas públicas em educação especial no Brasil e no Espírito Santo; os sujeitos da educação. O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva. (https://cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/PPC%202014.pdf).
UFOP	Educação Física, esportes, recreação e lazer para pessoas com deficiências: Fundamentação das deficiências nas ordens: física, sensorial e mental; identificados no contexto social brasileiro. Encaminhamento das propostas de ações teórico/práticas na dimensão da Educação Física destacando-se os exercícios físicos, os esportes, a recreação e o lazer contemplando os vieses inter, multi e transdisciplinar. (https://eefufop.ufop.br/sites/default/files/cedufop/files/efd348_-_educacao_fisica_esportes_recreacao_e_lazer_para_pessoas_com_deficiencias.pdf?m=1552418791).
UFSJ	Educação Física Adaptada: Abordam os aspectos inerentes à atividade física adaptada para pessoas com deficiência, os aspectos teóricos, conceituais as afecções da saúde e de funcionalidade; paradigmas adaptação, organização de serviços, inclusão e equidade, considerações físico-motoras, sensoriais, intelectuais e psicoativas. Discute temas sobre a efetivação da participação dessas pessoas nos diversos âmbitos de atuação (esportivo, recreacional e de reabilitação); realidade nacional e internacional em outros segmentos da sociedade num real contexto inclusivo por meio de exercícios físicos e esportes para pessoas com deficiência. Estimular ações interdisciplinares objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades. (https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/coefi/Res034Conep2017_PPC%20EducacaoFisica_Licenciatura(2).pdf).
UFU	Educação Física e Deficiência: Trata do estudo dos aspectos históricos, filosóficos, políticos, sociais, neurofisiológicos, patológicos e didático pedagógicos das pessoas com deficiência e demais público-alvo da Educação Especial e sua relação com a prática da Educação Física e/ou esportiva no âmbito escolar. (http://www.faefi.ufu.br/system/files/conteudo/pp_licenciatura.pdf). Vivência em Educação Física e Deficiência: A profissão docente e seu papel na elaboração de estratégias de ensino e aprendizagem, voltados ao público-alvo da Educação Especial (deficiência e transtorno global do desenvolvimento). Vivências de intervenções pedagógicas na Educação Física com pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento. (http://www.faefi.ufu.br/system/files/conteudo/pp_licenciatura.pdf).
UFVJM	Educação Física Adaptada: Considerações históricas, culturais e sociais sobre a deficiência, o preconceito e a inclusão. Estudo dos conceitos de Educação Física Adaptada. Fundamentos e características das deficiências sensoriais, físicas e cognitivas.

	(https://educacaofisicaufvjm.files.wordpress.com/2010/04/ppc_licenciatura-educacao-fisica_300714-com-pr-1.pdf).
UFLA	Educação Física Adaptada I e Atividade Motora Adaptada I: Aborda as principais condições especiais que acometem a população. Discute características e necessidades de grupos especiais com relação à prescrição de atividades físicas. Orienta quanto à inclusão motora do portador de necessidades especiais no ambiente escolar. Apresenta estratégias de ação para o favorecimento da inclusão social do indivíduo especial. Estudo das atividades físicas dos objetivos e métodos específicos para pessoas portadores de necessidades especiais, por meio da análise dos aspectos físicos, cognitivos, emocionais, motores e das deficiências auditivas, físicas, visuais, mentais e múltiplas. (https://def.ufla.br/ensino/cursos-de-graduacao/61-matrizes-curriculares-e-ementas-das-disciplinas).
UFMG	Teoria da Atividade Física Adaptada: Atividade Física Adaptada: teorias e conceitos; afecções da saúde e de funcionalidade; paradigmas (adaptação, organização de serviços, inclusão, ecossistema e equidade); âmbitos de atuação (escolar, esportivo, recreacional e de reabilitação); realidade nacional e internacional. (https://ufmg.br/cursos/graduacao/2364/91211/60899). Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva: Contexto histórico e político da Educação Especial e da Educação Inclusiva. Fundamentos teóricos e conceituais. O público-alvo da educação especial. Intervenções pedagógicas para a inclusão escolar. (https://ufmg.br/cursos/graduacao/2364/91211/72926).
UFV	Introdução à Educação Física Adaptada: Estudo da Educação Física Adaptada. Aspectos históricos sociais e culturais e a inclusão. As deficiências e seus conceitos, características, causas e classificações. Cuidados, recomendações e orientações metodológicas para as deficiências auditiva, física, intelectual, visual e múltipla. Diferentes modalidades de atividades motoras adaptadas. (http://www.catalogo.ufv.br/interno.php?ano=2016&curso=EFS&campus=caf&complemento=LIC&periodo=6&disciplina=EFF348). Prática Pedagógica IX – EF Adaptada: Desenvolvimento, sob orientação, de prática pedagógica dos conteúdos estudados em EFF348. (http://www.catalogo.ufv.br/interno.php?ano=2016&curso=EFS&campus=caf&complemento=LIC&periodo=7&disciplina=EFF436#disciplina).

Quadro 2 – Descrição das ementas das disciplinas investigadas.

Fonte: Projeto Político Pedagógico dos cursos. Elaborado pelos autores, 2021.

INCLUSÃO

Essa categoria surgiu a partir do conteúdo observado em dez das dezesseis disciplinas analisadas que propõem abordar a inclusão, predominantemente no contexto escolar. A disciplina “Educação e Inclusão”, ofertada pela UFES, tem como conteúdo questões específicas da inclusão no contexto escolar. Dentre os cursos analisados, é o único que possui uma disciplina dessa natureza, exclusiva do curso de licenciatura em Educação Física, diferentemente da disciplina “Educação Física, Adaptação e Inclusão”, que também é ofertada no bacharelado.

Desde 1994, por meio da Portaria do MEC nº 1793/94, recomenda-se a inserção de uma disciplina introdutória e de caráter geral nos cursos de licenciatura com a temática relacionada à inclusão da pessoa com deficiência (BRASIL, 1994). Nota-se que se trata de uma recomendação e não uma obrigação, o que permitia a sua exclusão da licenciatura. Na formação em Educação Física, desde 1987, sugere-se a existência de uma disciplina desse tipo, que passa a ser possível a partir da Resolução nº 03/ 87, do Conselho Federal de Educação (CFE) (BRASIL, 1987), que trouxe mudanças significativas para o currículo da Educação Física (SILVA; SEABRA JUNIOR; ARAÚJO, 2008).

A disciplina “Educação Física, Adaptação e Inclusão”, citada anteriormente, sugere a “problematização de situações de inclusão/exclusão nas aulas de Educação Física” (Educação Física, Adaptação e Inclusão - UFES). A formação de professores deve priorizar a reflexão das práticas e das diferentes situações que constituem o fazer pedagógico, pois isso tornará possível (re)pensar soluções para questões atuais, como inclusão e exclusão escolar, de maneira que possibilitem ações transformadoras para uma educação inclusiva (SCHÜTZ; SKRSYPCSAK; ROTHER, 2017).

Presume-se a relevância de oferecer, durante a formação inicial, a discussão e problematização das ações para a inclusão. A prática pedagógica inclusiva vem sendo apontada como um desafio da Educação Física, assim, Fávero *et al.* (2009) afirmam que o desafio fundamental é de repensar e ressignificar a própria concepção do educador, de forma que a educação não seja resumida à transmissão e à assimilação disciplinar de conceitos e comportamentos estereotípicos, pelo entendimento de que “o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de ‘contextos’ educativos que potencializam a constituição de diferenças e a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares” (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 85).

O conteúdo da disciplina do curso da UFSJ, indica que a inclusão também seja discutida e realizada em outros segmentos da sociedade, ao apontar “a efetivação da participação dessas pessoas nos diversos âmbitos de atuação (esportivo, recreacional e de reabilitação)” (Educação Física Adaptada - UFSJ), ou seja, não se limita a discutir os aspectos inclusivos na educação. Nesse sentido, Sassaki (2009) define a inclusão como um processo que torna os sistemas sociais comuns adequados à diversidade humana, não sendo de responsabilidade exclusiva das próprias pessoas essas adequações, mas sim de uma interação entre os ambientes e organizações sociais e as pessoas com deficiência, estabelecendo assim um modelo social de deficiência. O conteúdo da disciplina também está alinhado ao objeto de conhecimento “Protagonismo Comunitário”, presente na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Com relação a essa segunda categoria, observou-se que todas as disciplinas buscam caracterizar a deficiência sob algum aspecto, seja por meio da fundamentação histórica, social, educacional e/ou fisiológica.

As imprecisões para conceituar a deficiência, relativas ao modelo médico e social, se justificam pelas transformações desse conceito ao longo dos últimos anos. A deficiência era definida, por exemplo, com base na *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual da classificação das doenças – CIDID* (em que se entendia a deficiência como “perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente” (OMS, 1989, p. 98), sendo a incapacidade resultante da deficiência apresentada pela restrição de habilidades para desempenhar determinadas atividades. Dessa maneira, a deficiência era entendida a partir do modelo médico tradicional.

Por outro lado, a Convenção sobre o Direito da Pessoa com Deficiência caracteriza essas pessoas como:

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 3).

Ao considerar as barreiras sociais como responsáveis por desvantagens na participação, o conceito se ampara na compreensão da deficiência a partir do modelo social, discutindo-se potencialidades para superação de ideais capacitistas e que, em consonância com as demais temáticas, pode auxiliar no desenvolvimento da Educação Física em sua perspectiva inclusiva.

Entretanto, tomando como exemplo a ementa da disciplina “Educação Física Adaptada”, da UFRRJ, há menção ao estudo de teorias e métodos que abordam “diferentes alterações no corpo humano” (Educação Física Adaptada – UFRRJ). Essas possíveis alterações refletem a visão sobre um conceito de normalidade do corpo.

França (2014) retrata essa noção ao descrever “A ideologia da Normalização”, que emergiu em uma época de segregação e institucionalização da deficiência, que

[...] consiste na crença que, por meio da habilitação e reabilitação, deve-se prover às pessoas com deficiência serviços que ajam sobre seus corpos para que executem funções mais próximas possíveis do normal (FRANÇA, 2014, p. 111).

A normalidade nesse caso, segundo o autor, tange às ações esperadas do indivíduo segundo a sua idade e o que a média de pessoas que não possuem deficiência fariam.

Tais representações impõem uma ideia de regulação corpórea do indivíduo que se desvia dos padrões estabelecidos, não permitindo reconhecer a singularidade das pessoas com deficiência, que, além desse aspecto, possuem, também, potencialidades (ARAÚJO; CUNHA, 2020).

A ementa da disciplina “Adaptação e Inclusão” (UFES) refere-se aos alunos com deficiência como “alunos com necessidades especiais”, semelhantemente à disciplina “Atividade Motora Adaptada I” (equivalente à “Educação Física Adaptada I”) do curso da UFLA. Nesta, utiliza-se de terminologias como “condições especiais que acometem a população”, “grupos especiais”, “indivíduo especial” e “portadores de necessidades especiais”, para se referir à deficiência e à pessoa com deficiência (Atividade Motora Adaptada I – UFLA).

Acreditou-se por algum tempo que a utilização do termo “especiais” e derivações, para se referir à pessoa com deficiência, era correto. Lanna Júnior (2010) expõe o eufemismo por trás da utilização de expressões como “especiais” e o tratamento por “portadores” para se dirigir ou referir a essas pessoas, e explica que “pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social adequadamente. O termo “pessoa com deficiência” humaniza a denominação e diminui o estigma causado pela deficiência.

Foram identificadas também quatro disciplinas (Educação Física Adaptada – UFRJ; Educação Física Adaptada – UFSCAR; Educação Física, esportes, recreação e lazer para pessoas com deficiência – UFOP; Atividade Motora Adaptada I – UFLA) que tratam deficiência “intelectual” como “mental”. Em um estudo sobre o atendimento oferecido a crianças com deficiência no Instituto Pestalozzi de Minas Gerais, no período compreendido entre os anos de 1940 e 1949, as autoras destacam a utilização do termo “excepcionais” para se referir “tanto às crianças com retardo mental, como àquelas com distúrbios psicomotores, de linguagem ou de caráter” (LOURENÇO *et al.*, 2017, p. 78).

Nota-se que a tendência observada por Silva, Seabra Junior e Araújo (2008) e por Silva e Araújo (2012), referente ao olhar médico sobre a condição de deficiência, que influenciou o desenvolvimento da área e das pesquisas no final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, ainda é observada, mas não representa a única discussão específica ao longo da disciplina, já que as demais categorias indicam debates sobre o processo inclusivo que estão avançando.

Ainda assim, chama-se atenção para que os conteúdos, ao abordar características da deficiência, as façam de uma perspectiva integral do indivíduo e não se inclinem exclusivamente para questões voltadas às alterações do corpo, evitando-se, assim, o reforço da concepção da corponormatividade na formação e futura atuação profissional.

AÇÕES PEDAGÓGICAS

Nesta categoria foram incluídas as disciplinas que abordam em algum aspecto as ações pedagógicas necessárias para atuação com a pessoa com deficiência, que visam o favorecimento da inclusão, a possibilidade de construir planos de intervenção e o desenvolvimento do indivíduo para sua participação efetiva na Educação Física.

Desse modo, no curso da UFU, além da disciplina “Educação Física e Deficiência”, também é ofertada “Vivência em Educação Física e deficiência”, que sugere atuações práticas, já que propõe “vivências de intervenções pedagógicas na Educação Física com pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento” (Vivência em Educação Física e Deficiência – UFU). Nesta disciplina, sugere-se o estudo do papel do docente na “elaboração de estratégias de ensino e aprendizagem, voltadas ao público-alvo da educação especial” (Vivência em Educação Física e Deficiência – UFU). Assim, entende-se que, no processo de inclusão educacional, é necessário que o docente estabeleça estratégias de ensino flexíveis e diferenciadas, de maneira que as experiências proporcionadas sejam desafiadoras para todos os alunos, considerando sua diversidade e suas individualidades (CARLOU, 2018).

Salerno *et al.* (2018) encontraram uma compreensão de inclusão por parte dos discentes concluintes de cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física que perpassa elementos chave como: a participação efetiva das pessoas com deficiência nas aulas; o contexto social da inclusão, já que ela não é feita apenas pelos professores e professoras; a oportunidade de acesso, sem a qual essas pessoas não conseguirão chegar e permanecer nos seus espaços de direito, dentre eles a escola; o sentimento de pertencimento, ou seja, a pessoa com deficiência sentir-se parte da sociedade. Esse último item é bastante individual, uma vez que é um sentimento e pode ser volátil, mas ainda deve ser considerado, pois pode dar direcionamento para mudanças do contexto.

Salerno (2014) atribui, como um fator para a falta de formação, o sentimento por parte dos discentes de Educação Física de não estarem preparados para atuar com a pessoa com deficiência, mesmo existindo disciplinas que abordam a temática, o que está em concordância com os dados dos estudos citados anteriormente. Em seu trabalho, Nascimento *et al.* (2007) verificaram que, em um grupo de vinte professores da rede regular de ensino público e privado, formados entre os anos de 1990 e 2005, apenas 30% não realizaram nenhuma disciplina direcionada à Educação Física adaptada durante a sua graduação, enquanto os outros 70% tiveram alguma formação relacionada ao assunto. Apesar de considerar esse período de formação fundamental para apresentar essas disciplinas e afirmar que a atuação em práticas inclusivas é um reflexo da jornada profissional e acadêmica do professor, acredita-se que a capacitação e a formação continuada dependem do interesse profissional pela área de atuação especificamente, uma vez que se observou que a abordagem da temática na

graduação não determinou a especialização futura de alguns sujeitos na pesquisa (NASCIMENTO *et al.*, 2007).

A ementa da disciplina “Educação Física Adaptada – UFSJ”, propõe um objetivo interessante no que diz respeito à ação para o desenvolvimento de alunos e alunas com deficiência, quando sugere “estimular ações interdisciplinares objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades”. Possuindo a mesma nomenclatura, a disciplina do curso da UFF também sugere a compreensão das “potencialidades das diferentes deficiências” (Educação Física Adaptada - UFF). Nota-se a importância dessa abordagem para a efetiva promoção da inclusão, pois é necessário considerar as potencialidades do indivíduo ao invés de focar nas suas limitações, a fim de criar possibilidades de uma participação efetiva nas atividades oportunizadas pela Educação Física adaptada (SILVA; ARAÚJO, 2012). Com o intuito de promover essa inclusão, a formação do professor é um processo importante para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

O curso da UFV oferta a “Prática Pedagógica IX – EF Adaptada” como componente curricular obrigatório, que visa o desenvolvimento prático dos conteúdos estudados anteriormente. Algumas atividades podem se apresentar como recurso para construção de práticas pedagógicas para os docentes em formação. Fernandes e Junior (2008), em seu trabalho de reflexão sobre a importância da disciplina “Educação Física Adaptada” na formação inicial, afirmam que os conhecimentos teóricos adquiridos nessa fase para atuar com a pessoa com deficiência, se não forem intercalados com a realidade futura, possuem pouco valor, e destacam pontos positivos em relação às atividades complementares e vivências de alunos e alunas com deficiência. Esse fato corrobora um estudo feito em Santa Catarina (MEDEIROS, 2020), que sugere que as disciplinas voltadas à atuação de pessoas com deficiência devem pensar em práticas de qualidade em parcerias com locais reais de atuação de pessoas com deficiência (como escolas, associações especializadas, clubes, etc.). Tais informações nos levam a refletir sobre as diferentes atividades e vivências práticas que podem ser proporcionadas durante a formação inicial e os seus efeitos na atuação dos futuros professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que todas as doze IES selecionadas ofertam ao menos uma disciplina direcionada à formação no ensino e na atuação relacionados à pessoa com deficiência, em concordância com as legislações que asseguram a instrução com esse enfoque e as diretrizes que configuram o curso de Educação Física.

Analisando as ementas, foram estabelecidas três categorias referentes aos conteúdos: a Inclusão, que não se apresenta apenas como um modelo de ensino, mas também um novo paradigma social que precisa ser impulsionado; a Caracterização da deficiência, que,

entendida como um fenômeno social, torna necessária discussão e reflexão, considerando aspectos culturais e sociais e não apenas a questão fisiológica; e as Ações Pedagógicas referentes à Educação Física inclusiva, como possibilidade de construção de práticas futuras mais inclusivas e de fomentar a formação nesse aspecto.

Por se tratar de um estudo documental, a pesquisa apresenta como limitação um olhar específico para a ementa das disciplinas, não considerando as análises de planos de ensino, conteúdos programáticos, projetos pedagógicos, ou a oferta de atividades extra-acadêmicas. Ainda assim, o estudo se mostra determinante como um caminho inicial para as reflexões e possíveis adequações curriculares para uma formação focada nos pressupostos da educação inclusiva. O caminho aqui apresentado é compreendido como introdutório e específico às ementas, a partir do entendimento de que análises mais aprofundadas acerca dos documentos relativos à formação inicial podem direcionar os estudos e o desenvolvimento curricular de maneira mais clara, impactando a formação inicial da perspectiva inclusiva. Cabe também considerar as mudanças curriculares que vêm ocorrendo nos últimos anos, em vista das novas disposições das etapas comuns para formação em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física (BRASIL, 2018), o que sugere a necessidade de um olhar para essas alterações, a fim de se definir e compreender a organização e o que deve ser abordado nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física para o ensino e atuação relacionados às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Naim Rodrigues de; CUNHA, Charles Moreira. Interpretação do modelo social de deficiência a partir do conceito de normalidade de Canguilhem. *Conjectura: Filosofia e Educação*, Caxias do Sul, v. 25, p. 308-331, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21784612.v25.dossie.18>. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/7588>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 03, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 10 set. 1987. Disponível em: https://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder

Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-norma-pl.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção 1, p. 28. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda complementação dos currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais através da inclusão de aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 28 dez. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 15 abr. 2020. Seção 1, pp. 4 Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, pp. 48-49. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu

protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Poder Executivo, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

CARLOU, Amanda. Estratégias pedagógicas para ensino-aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 18, n. 205, p. 03-11, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43317>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora (orgs.). *Tornar a educação inclusiva*. Brasília: Unesco, 2009.

FERNANDES, Carla Andréia Fabiani; JUNIOR, Rubens Venditti. Educação física adaptada na formação universitária: reflexões sobre a preparação do profissional de educação física para a atuação com pessoas com necessidades especiais. *Movimento & Percepção*, Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 12, p. 118-140, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://ferramentas.unipinhal.edu.br/movimentoepercepcao/viewarticle.php?id=181>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FLORES, Patric Paludett; CARAÇATO, Yedda Maria da Silva; ANVERSA, Ana Luiza Barbosa; SOLERA, Bruna; COSTA, Luciane Cristina Arantes da; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Formação inicial de professores de Educação Física: um olhar para o estágio curricular supervisionado. *Caderno de Educação física e esporte*, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p. 61-68, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2019.v17.n1.p61>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/20107/pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FRANÇA, Tiago Henrique. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 6, n. 11, p. 105-123, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550/6892>. Acesso em: 08 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

HUTZLER, Yeshayahu; MEIER, Stefan; REUKER, Sabine; ZITOMER, Michelle. Attitudes and self-efficacy of physical education teachers toward inclusion of children with disabilities: a narrative review of international literature. *Physical Education and Sport Pedagogy*, v. 24, n. 3, p.249-266, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/17408989.2019.1571183>. Disponível

em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17408989.2019.1571183?journalCode=cpes>
20. Acesso em: 09 de março, 2021.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

LOURENÇO, Érika; TURCI, Deolinda Armani; MIRANDA, Cileia Saori Hamada de; MARTINS, Carolline de Souza. O Atendimento à Criança Excepcional no Instituto Pestalozzi de Minas Gerais (1940-1949). *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 77-89, ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v9i2.521>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000200006. Acesso em: 28 fev. 2021.

MEDEIROS, Leandra. *Experiências voltadas para a atuação com pessoas com deficiência durante a formação inicial em educação física: a percepção de formandos de universidades públicas de Florianópolis*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. As múltiplas dimensões da formação docente para uma escola inclusiva: uma reflexão a partir da perspectiva cultural. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 13-34, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v4i1.8130>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/8130>.

NASCIMENTO, Karina Patrício; RODRIGUES, Graciele Massoli; GRILLO, Denise Elena; MERIDA, Marcos. A formação do professor de Educação Física na atuação profissional inclusiva. *Revista Mackenzie de educação física e esporte*, Barueri, v. 6, n. 3, p. 53-58, 2007. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1225>. Acesso em: 17 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Secretariado Nacional de Reabilitação, Ministério do Emprego e da Segurança Social de Portugal. *Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps): um manual de classificação das consequências das doenças*. Lisboa: 1989.

SALERNO, Marina Brasiliano. *A informação em Educação Física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente*. 2014. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://1library.org/document/zxl1dmnz-formacao-educacao-fisica-trabalho-pessoa-deficiencia-percepcao-discente.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SALERNO, Marina Brasiliano; CARVALHO, Camila Lopes de; D'ANGELO, Sílvia Mayeda; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. O Conceito de Inclusão de Discentes de Educação Física de

Universidades Públicas do Estado de São Paulo no Contexto Social da sua Prática. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS*, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 721-734, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.78055>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/78055>. Acesso em: 7 abr. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 24 fev. 2021.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; SKRSYPCSAK, Daniel; ROTHER, Lilian Wecker. Formação de professores e educação inclusiva: possibilidades de pensar para além da mesmidade. *Temas & Matizes*, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 1-15, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/view/17944>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Cláudio Silvério da; DRIGO, Alexandre Janotta. *A educação física adaptada: implicações curriculares e formação profissional*. Coleção PROPG Digital (UNESP), 2012.

SILVA, Rita de Fátima da; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. *Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada*. São Paulo: Phorte, 2012.

SILVA, Rita de Fatima da; SEABRA JUNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. *Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional*. São Paulo: Phorte, 2008, 220 p.

SOUZA, Bárbara Davalos de; SALERNO, Marina Brasiliano. A Educação Especial nos Cursos de Educação Física das Universidades de Mato Grosso do Sul. *Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP*, [S.L.], v. 1, n. 7, p. 35-50, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/10150>. Acesso em: 07 mar. 2022.

Gabriela Freire da Silva

Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Atualmente é Pós-Graduanda em Educação Física Escolar pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Atuou como monitora na disciplina de Educação Física Adaptada no momento da realização da pesquisa.

gabrielafreire1998@gmail.com

Paulo Sergio Avelino dos Santos

Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é mestrando pelo programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Participa como membro do Grupo de Pesquisas em Docência na Educação Física (GPDEF) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

paulosergiop12@hotmail.com

Bruna Barboza Seron

Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina. Docente no curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

bruna.seron@ufsc.br

Marina Brasiliano Salerno

Doutora em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais/CPAQ na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Inclusiva (GEPEFI).

marina.brasiliano@ufms.br

Ricardo de Almeida Pimenta

Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Docente no curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Líder do Núcleo Integrado de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Infantil (NIPEDI) e Vice-líder do Grupo de Pesquisas em Docência na Educação Física (GPDEF) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ricardo.pimenta@ufsc.br